



MR 012. Dramas técnico-morais de Estado: sobre tecnologias, moralidades e afetos que fazem o bom e o mau governo das vidas

Adriana de Resende Barreto Vianna (Museu Nacional/UFRJ) - Coordenador/a, Adriana de Resende Barreto Vianna (Museu Nacional/UFRJ) - Participante, Angela Mercedes Facundo Navia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Participante, Maria Gabriela Lugones (Universidad Nacional de Córdoba) - Participante, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Debatedor/a

A mesa dedica-se a discutir, a partir de três investigações etnográficas distintas, de dinâmicas complexas entre linguagens, saberes e atores ancorados em especialidades técnicas de governo e os acionamentos morais e afetivos mobilizados por aqueles que participam de tais situações. Longe de localizar em polos opostos a dimensão técnica e a moral-afetiva, o que se busca explorar são seus borrachentos, distintos contingenciais e trnsitos estratégicos. O exercício da compaixão profissional dos especialistas administrativos do refúgio compõe parte central da produção da verdade singular do sujeito refugiado, do refúgio como um todo e da grande verdade na Nação, como demonstra Facundo. De forma semelhante, as experiências de familiares de presos provisórios em busca de informações e recursos para agir em cenários que lhes parecem opacos, permite que apreendamos modos pelos quais o Estado é vivido como ordem fundamentalmente injusta e imoral, portanto que atravessa e compõe compromissos afetivos densos, como busca discutir Vianna. Por fim, a avaliação nos tribunais do (mau) proceder funcional de magistrados cordobeses em processos relativos à ditadura argentina, permite-nos refletir sobre crenças compartilhadas e universos socio-morais comuns entre agentes judiciais e perseguidos políticos, como aponta Lugones. Em todos os casos estão em jogo processos de reordenamento e codificação de sofrimentos que produzem simultaneamente vidas sob escrutínio e modos de governo.

Afetos atordoados: gênero, moralidade e agência entre familiares de presos provisórios

Autoria: Adriana de Resende Barreto Vianna

A apresentação parte do que podemos chamar de batalhas técnico-afetivas travadas por familiares de presos provisórios no Rio de Janeiro em busca de informações e recursos de toda ordem para lidar com a experiência de ter alguém de seu círculo familiar detido e encarcerado. Frente à opacidade dos mecanismos legais-administrativos que gerem essa detenção, familiares elaboram estratégias para compreender e agir sobre as diferentes etapas desse processo, peregrinando por instituições e participando de trocas de informações em diferentes redes e instâncias. Em meio a assimetrias diversas, as dinâmicas de gênero desempenham papel vital, tecendo parte das linguagens morais que permitem simultaneamente confrontar a injustiça do Estado e criar recursos para atuar na malha administrativa que compõe o sistema prisional.

Compaixão profissional e produção de verdades

Autoria: Angela Mercedes Facundo Navia

Partindo de uma pesquisa sobre o universo institucional brasileiro do refúgio, propomos analisar o que denominamos de compaixão profissional. Os agentes que participam do processo de seleção de refugiados são apresentados como profissionais dotados de autoridade e competência para interpretar o conteúdo da narração, mas também as emoções mobilizadas. A compaixão profissional obedeceria a princípios de objetividade, racionalidade e competência técnica que a diferenciariam da compaixão comum. Nessa medida,



a interpretação adequada do sofrimento dos outros também é uma forma de legitimar o exercício profissional dos agentes, o inscrevendo no espaço da gestão política. Eles têm a responsabilidade de produzir, junto com cada sujeito, a verdade singular de si mesmo, que vai construindo a verdade plural dos refugiados e vai se incorporando à produção da grande verdade da nação.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

